

MEMÓRIA E POLÍTICA*

Lucília de Almeida Neves**

Ao se constituir como elemento de referência do passado e como potencial fonte documental da história, a memória se relaciona com a própria história em uma dinâmica de reconstituição do tempo ido a partir do presente.

Os sentidos das palavras memória e história são múltiplos e heterogêneos, pois expressam realidades de culturas plurais, muitas vezes conflitivas. A memória é uma formação de imagem relativa aos processos de constituição de identidade nacional, coletiva e individual. Não coincide nem se confunde com a história que é forma intelectual de conhecimento, operação cognitiva. (MENESES, 1992). Todavia, memória e história se alimentam simultaneamente. A memória subjetiva se constitui, se forja como elemento do passado vivido através de sua inserção nas relações estruturais e conjunturais da história. Por outro lado, ao se constituir como elemento de referência do passado e como potencial fonte documental da história, a memória se relaciona com a própria história em uma dinâmica de reconstituição do tempo ido a partir do presente.

O contato vivo da memória com a história possibilita o restabelecimento da relação entre liberdade e necessidade. Nesse sentido, Emília Viotti da Costa analisa o procedimento dos historiadores que procuram resgatar a fala e a memória dos oprimidos como sendo afirmativo da área da liberdade e da subjetividade dos personagens históricos, sejam eles indivíduos ou classes. Entretanto, destaca também a autora, que tal procedimento metodológico não é por si só suficiente para o entendimento do processo histórico em toda a sua complexidade. Faz-se necessário, segundo seu entendimento, que a preocupação com o resgate da subjetividade e também da compreensão das teias

que compõem a microfísica do poder, se adicione uma abordagem da microfísica das relações políticas, sociais e econômicas (VIOTTI, 1988: 6), que, em nosso entendimento, em muito influenciam na produção, divulgação e recuperação da memória histórica.

Documento Oral

Na constituição de novas fontes documentais históricas o método de produção de documentos orais tem se destacado. Além de possibilitar a abordagem de temáticas relativas à dinâmica do processo histórico em um ângulo diferente ao da história oficial, proporciona também um tratamento novo da dimensão temporal, reconstituindo a história através da multiplicidade de tempos que a ela são inerentes. Fala-se do presente para o passado. Fala o depoente de hoje e, ao mesmo tempo, o sujeito histórico, o personagem ou testemunha de um outro tempo. Fala-se de uma outra época através da intermediação do tempo vivido do entrevistado e do tempo presente de ambos, entrevistado e entrevistador.

O documento produzido através da história oral é produto de uma opção metodológica qualitativa de abordagem e reconstituição do processo histórico. A história oral não é um compartimento da história, mas sim um procedimento peculiar à metodologia qualitativa, para constituição de testemunhos e versões. Sua especificidade constitui-se no fato, segundo Verena Alberti, de se prestar a várias abordagens, de se mover em terreno pluridisciplinar (ALBERTI, 1988). A história oral contribui para que se amplie o conhecimento nas áreas da pesquisa histórica, antropológica e sociológica. É um procedimento de fronteira, e portanto, múltiplo em sua relação temática.

Por outro lado, situa-se no terreno da contrageneralização. Seu grande potencial refere-se à possibilidade de relativização de conceitos já previamente estabelecidos, que tendem a universalizar as experiências humanas. Nesse

sentido a história oral é incompatível com as grandes generalizações. Seu objetivo é o de demonstrar o singular, o de apresentar uma visão particular de um processo específico mesmo que coletivo. Segundo Thompson, uma das mais expressivas lições da história oral é a peculiaridade, a singularidade e a especificidade de cada história de vida (THOMPSON, 1992). Os documentos produzidos são versões particulares disponíveis à interpretação e à crítica do historiador. Através de um processo retrospectivo, mediatizado pelo entrevistador, o depoente reconstitui a história em uma ação simultânea de reavaliação da mesma.

Cada narrador transmite uma vivência peculiar através de uma ótica que, apesar de influenciada pelas condições coletivas e sociais, é uma e individual. O discurso específico do sujeito-objeto é multifacetado, pois humano, pois marcado por experiências diversas. O historiador ao ouvir histórias de vida compartilha o fazer da história, conduzindo o processo constitutivo do documento em uma dinâmica interativa entre a experiência individual e o fio histórico mais amplo. O documento de história oral é, portanto, uma versão e não uma objetiva reconstituição de acontecimentos. Além disso, foge ao aspecto estático do documento escrito que permanece o mesmo através dos tempos. O documento oral é influenciado pelas condições conjunturais nas quais é produzido.

A história oral, por sua vez, tem a especial qualidade de possibilitar a identificação de novos campos de pesquisas, de novas hipóteses de trabalho, de novas versões dos fatos, bem como de interpretações alternativas ao acontecido. É uma metodologia que dá voz a múltiplos e diferentes atores, possibilitando o resgate, sob diferentes óticas,

* Texto apresentado no 17º encontro da ANCOPS (22 a 25/10/93).

** Profª. Adjunta do Depto. de História da UFMG.

Também a História Oral pode em muito contribuir para a reconstrução de identidades sociais, nacionais e de correntes de pensamento.

das memórias locais, regionais e nacionais. Através da reconstituição da memória de muitos, do cruzamento de informações das entrevistas entre si com as de outras fontes documentais, a história oral pode em muito contribuir para uma nova interpretação de processos e acontecimentos.

Não se esgotando em si mesma, a história alimenta-se na antropologia, na ciência política, na sociologia, na literatura. As trajetórias dos sujeitos históricos entrevistados através da técnica de história de vida, normalmente, constituem-se em um acúmulo de experiências múltiplas que retratam a integração, na constituição do documento das várias áreas afins de conhecimento que contribuem para um melhor entendimento da dinâmica da vida humana no seu fazer histórico.

Dentre as peculiaridades do documento oral destaca-se a possibilidade por ele apresentada de recuperação de informações que não se encontram registradas em documentos de outra natureza. A história oral permite o resgate da fala dos anônimos, dos vencidos, dos participantes em movimentos étnicos, além de proporcionar também o registro de depoimentos de políticos tradicionais, elites, empresários, administradores públicos. Na complexidade da dinâmica histórica o registro oral permite captar não só a diferença entre o discurso dos oprimidos e dos opressores, mas também sua relação. Pois nunca é demais lembrar que esses discursos não correm em estradas paralelas e distantes, que jamais se inter cruzam.

Todavia a principal característica do registro oral não é o resgate da fala dos dominados, o ineditismo, ou mesmo o preenchimento de lacunas, mas sim uma postura de quem o produz, que privilegia a recuperação do vivido segundo a concepção de quem viveu. A metodologia qualitativa da produção do documento oral amplia o espaço da interpretação e da reinterpretação da história contemporânea, possibilitando o afloramento de diferentes visões dos acontecimentos de múltiplas dimensões do processo em análise, estimulando, portanto, a criatividade de interpretativa.

Jacques Le Goff afirma que o processo de memória não é só ordenação, mas também releitura de vestígios (LE GOFF, 1990, p. 424). O documento oral, por sua vez, é produto de uma releitura do passado individual, inserido na dinâmica da história. Nesse sentido os acontecimentos e datas são sinais exteriores, são referências para o afloramento da memória individual. Fala-se do tempo individual relacionado ao tempo coletivo. Assim são comuns em depoimentos relativos à história do Brasil referências como: no tempo Getúlio; na época da Rádio Nacional; quando o mundo ferveu em 1968; minha família se mudou quando Juscelino era presidente na Copa de 70...

Quanto maior for a inserção do entrevistado na vida pública, mais as referências do tempo histórico coletivo e mesmo institucional poderão favorecer ao afloramento de sua memória. Já quando se entrevista anônimos as referências cronológicas são determinadas, na maior parte das vezes, por acontecimentos de sua vida privada e de seu núcleo de inserção coletiva - família, bairro, cidade - e em menor grau por fatos relacionados à história pública de seu país, região ou município.

Nos quadros da memória histórica individual inserem-se possibilidades múltiplas. Os depoimentos orais proporcionam a reconstrução da atmosfera de um outro tempo, o reascender de utopias; o lembrar de acordos, negociações, conflitos, vitórias, derrotas; o reviver de emoções políticas, individuais e sociais. Através da produção do documento oral é possível também reproduzir o cotidiano da vida passada e a cultura social e política do entrevistado e de sua comunidade. Cada história de vida conta de seu sujeito, mas também da cultura e da história do grupo social ao qual pertence ou pertenceu.

De fato, a produção de documentação oral produz um ensinamento duplo: sobre a época enfocada pelo depoente e sobre a época em que foi produzido. Isso porque a vida individual cotidiana apresenta complexa correlação entre tempo passado - histórico; tempo presente social e individual e inserções coletivas tanto do entrevistador quanto do depoente. Através da adoção da metodologia qualitativa da história oral renuncia-se obrigatoriamente à noção de temporalidade linear. Os tempos vividos são múltiplos e inter cruzados. O individual se manifesta pelo coletivo-histórico. Nesse sentido, como afirma Halbwachs, a memória interior se apóia na exterior, "[...] pois toda a história

da nossa vida faz parte da história em geral" (HALBWACHS, 1990: 55).

Também a História Oral pode em muito contribuir para a reconstrução de identidades sociais, nacionais e de correntes de pensamento. Pode também constituir-se como instrumento de resistência à manipulação da memória coletiva, principalmente quando se concentra no recolhimento de depoimentos de anônimos ou de vencidos. A memória é o contra- esquecimento, portanto, a fonte da memória é a fonte da imortalidade, da construção da identidade. Le Goff, atento ao jogo de poder que busca fazer da apropriação da memória um instrumento de dominação, afirma: "*Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram as sociedades históricas*" (LE GOFF, 1990: 426).

Nesse sentido, de acordo com o autor, memória e história muitas vezes se confundem e a história parece se desenvolver sobre o modelo da remuneração, da anamnese e da memorização. Constatamos, portanto, que a própria reconstrução da memória é um processo histórico social ativo. Para a história não interessam somente os fatos passados, mas a forma como a história popular é construída e reconstruída, pois a consciência individual é relacionada com a consciência social no processo constitutivo de identidades coletivas.

Portanto, a reconstrução da memória tanto pode servir de base para a continuidade e preservação de uma determinada identidade social, de um determinado "estado de coisas", como de suporte para movimentos de ruptura de situações estabelecidas. Para Paul Thompson, "*a construção de uma memória coletiva pode resultar numa forma histórica, por si só de imenso poder*" (THOMPSON, 1992: 184).

O documento oral expressa no seu conteúdo o ritmo da história. Relatam-se acontecimentos de curta duração e rápido impacto - acontecimentos que se precipitam; relatam-se também processos de longa duração - fases de maior letargia, de consolidação de conquistas, de amargamento de derrotas, de reconstrução de sonhos. Para o historiador, nessa tessitura de tempos e ritmos o passado é uma questão a ser compreendida, interpretada. Para o depoente é vida lembrada - esquecida - vivida. Para ambos é elemento de constituição da memória, suporte maior de identidade social. Nesse sentido cremos não ser recorrente reportarmos-nos uma vez mais a Jacques Le Goff que afirma: "*A memória, onde cresce a história,*

É esse o aspecto que permite concluirmos que também a história política pode adquirir uma nova e especial dimensão se abordada através da produção de relatos orais.

que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens" (LE GOFF, 1990: 477).

História Oral e Áreas de Conhecimento Histórico

Quando se pensa em história oral, imediatamente afloram idéias de utopias não realizadas, de abordagem de temas não contemplados pela história oficial e de preenchimento de lacunas informativas.

De fato, é uma característica especial da metodologia qualitativa de produção do documento oral, o atendimento a demandas de produção do conhecimento histórico através da abordagem de temas segundo uma ótica e uma importância não atribuídas pela historiografia mais tradicional. Nesse sentido, os relatos orais que tiveram seu tempo de credibilidade antes da época de difusão das idéias iluministas e nacionalistas do século XVIII e das concepções positivistas e historicistas do século XIX, foram reabilitados como fontes de informação a partir da segunda metade do século XX¹. A história oral a partir deste período proporcionou uma significativa renovação da história social, da história operária, da história urbana e da história política. De acordo com THOMPSON (1992), em países que passaram por experiências ditatoriais, a produção de documentos orais adquiriu relevância especial, pois parte dos arquivos documentais escritos relativos a esses períodos ou foram destruídos ou estão fechados à pesquisa.

Mas a abrangência da história oral não se limita somente aos temas acima citados. Além de contribuir para a abordagem da história política através de uma nova perspectiva, possibilita, também, a pesquisa de sub-temáticas cujas informações escritas são inacessíveis, a história oral, segundo THOMPSON (1992), produz impacto sobre uma infinidade de temas tais como: história econômica, principalmente nos aspectos relativos às relações de produção e

ao processo de trabalho; história da educação, abrangendo sub-temas como os das práticas de ensino, dos processos participativos, dos currículos, da orientação estatal e das orientações teórico-metodológicas; história operária, através da reconstituição de lutas, do cotidiano (lazer, alimentação, expectativas, hábitos de consumo, jornada de trabalho, amizades), de atitudes, de vínculos com partidos e sindicatos e de acontecimentos específicos como greves, paralisações, assembleias, passeatas, campanhas, comemorações e eleições sindicais.

A constituição do documento oral revela também bastante eficácia na reconstituição de processos de trabalho (dinâmica da produção, concepção de produção, experiência do trabalho, relação com a máquina), além de possibilitar a expressão de sentimentos como: tensão, solidão, ressentimento pelo anonimato e pela submissão às relações hierárquicas.

Outras temáticas passíveis de abordagem pela metodologia em questão são: história das cidades, com seus desdobramentos sociais: migração, cortiços, vida nos bairros, cultura e ocupação do espaço urbano. História da família, abordando-se sub-temas tais como: paternalismo, atividades econômicas, formação cultural, religião, valores, relações com a coletividade; história da mulher e das relações de gênero, temática até bem pouco tempo ignorada e finalmente, para concluir provisoriamente uma relação que é bem mais vasta, história das minorias, que abarca aspectos raciais, comunitários, sexuais, migratórios.

Diante dessa profusão de possibilidades não é arriscado concluir-se que o documento oral penetra em temas e manifestações variadas que de um outro modo seriam inacessíveis ao historiador. É esse o aspecto que permite concluirmos que também a história política pode adquirir uma nova e especial dimensão se abordada através da produção de relatos orais.

Memória e Política

A abordagem de temas políticos através da utilização da metodologia qualitativa de produção de documentos orais é particularmente rica, pois proporciona duplas expressões de tipos de memória política: a individual e a social, a instituída e a não oficial.

A memória se insere em um processo de constituição de identidade reforçando sentimentos de vinculação social a grupos ou instituições, a macro ou a micro organizações coletivas:

bairros, pequenas localidades, partidos, sindicatos, associações, famílias, religiões, nações. A identidade construída a partir da referência ao passado contribui para a reprodução da coesão coletiva, através da consolidação de tradições e do reforçamento de crenças, idéias e sentimentos. Contribui também para resgatar idéias de ruptura, de mudanças de transformação que muitas vezes foram apagadas da memória coletiva, ou mesmo foram impedidas de serem manifestadas pela ação da política oficial.

Na recuperação da memória política não oficial, definida por Michael Pollak como memória subterrânea, a história oral demonstra com especial vigor todo o seu potencial de recuperação do passado. Nesse sentido, "[...] ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressalta a importância das memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à memória oficial, no caso a memória nacional" (POLLAK, 1989: 4). Nesse sentido, reconstituição da memória política e social relaciona-se à perspectiva de construção de uma nova proposta historiográfica, que privilegia o processo reconstutivo da memória cidadã dos silenciados e petrificados em sua condição de marginalidade, ou daqueles que foram vencidos na dinâmica da luta histórica ao buscarem tornar efetivos seus projetos políticos e sociais.

Portanto, se recuperar através da história oral a memória das lutas políticas coletivas não contempladas pela historiografia oficial, é adotar opção metodológica de resgate da história não instituída. É contribuir para a produção de um espectro documental que se constitui num ponto de vista alternativo à documentação oficial, é possibilitar que se adicione à memória nacional, como afirma Aspásia Camargo, a versão que os oprimidos e desprivilegiados têm dos grandes e pequenos acontecimentos (CAMARGO, 1990).

Entrevistas temáticas e de história de vida, em inúmeras vezes, fornecem elementos que possibilitam a percepção de novos ângulos do assunto pesquisado pelo historiador, sociólogo ou antropólogo. A cada novo depoimento

1. sobre o predomínio do positivismo como método, e sua incompatibilidade com o uso de relatos orais, ver: PEREIRA, Lígia Maria Leite. Relatos orais em ciências sociais: limites e potencial. Análise e Conjuntura, Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, v. 6, n. 3, 1991.

A produção de documentação oral, por sua vez, indica ao se resgatar a memória não oficial, que a história não é um processo concluído, engessado em seus significados já internalizados pelo senso comum, mas sim um processo aberto, passível de reinterpretções e de absorção de novos significados sociais, especialmente daqueles que a história oficial excluiu e negou no seu processo constitutivo e de divulgação.

uma gama variada de questões podem se destacar. Do ponto de vista das memórias não instituídas a riqueza da metodologia revela-se de forma especial, uma vez que informações e pontos de vista que jamais seriam resgatados através da documentação escrita podem ser expressados, possibilitando dessa forma o desenvolvimento de novas ou mesmo alternativas análises e interpretações sobre o tema pesquisado.

A produção de documentação oral, por sua vez, indica ao se resgatar a memória não oficial, que a história não é um processo concluído, engessado em seus significados já internalizados pelo senso comum, mas sim um processo aberto, passível de reinterpretções e de absorção de novos significados sociais, especialmente daqueles que a história oficial excluiu e negou no seu processo constitutivo e de divulgação.

De acordo com Maria Célia Paoli, a construção de um novo horizonte historiográfico se apóia na possibilidade de expressão dos que perderam não apenas o poder, mas também a visibilidade de suas ações, resistências e projetos (PAOLI, 1992: 27). Nesse sentido, contribuir para o resgate da memória desses sujeitos históricos é uma atitude que subverte a reprodução da dominação e do silêncio. É também possibilitar que através desse processo de resgate se reconstitua o direito ao passado das experiências coletivas silenciadas, anuladas pelo desconhecimento, e muitas vezes suprimidas através da queima de arquivos.

Todavia, é preciso destacar que a pluralidade é aspecto inerente à dinâmica política. A história constitui-se através da dinâmica da pluralidade de ações e de heterogêneas manifestações

de interesses. Nesse sentido o esforço de reconstituição da memória coletiva não pode ser realizado através de uma via de mão única, pois afinal, na dinâmica conflitiva do processo da história, interesses diversos e opostos se relacionam. O melhor entendimento da dinâmica da história pressupõe, portanto, a recuperação do processamento dessa relação conflituosa e dinâmica. Do ponto de vista da história das elites, a história oral, como afirma Camargo, contribui para se penetrar em zonas de grande opacidade, em assuntos de nuances sutis que questionários prontos e padronizados não conseguem captar (CAMARGO, 1987: 22).

Assim, o esforço deve ser duplo, incluindo não só objetivos de recuperação da memória silenciada e dominada, como também da memória oficial, utilizando-se nesse empreendimento uma metodologia que potencialize a captação de novos elementos e dados que, apesar de não externados, constituem substrato histórico fundamental dessas memórias. Isto é, urge não se desprezar a utilização de instrumentos e procedimentos que possibilitem a reconstituição da memória política, daqueles que detentores do poder, tenham tido maiores possibilidades de reproduzir seus projetos e práticas de dominação.

Nesse sentido, a história oral proporciona uma abordagem renovada da questão do exercício de poder, destacando-se como um procedimento metodológico que, com grande potencialidade, possibilita a expressão dos jogos de poder, das essências dos conflitos, das práticas de exclusão e também dos exercícios de dominação que se solidificam através da negação dos conflitos e diferenças de interesses, que são, na verdade, fontes de vitalidade da história.

A Representação Nacionalista dos Comunistas de Minas Gerais

Considerando que o processo constitutivo da memória é, necessariamente, uma dinâmica de expressão das diferenças e de manifestação da alteridade, o Programa: Minas Gerais Política e Sociedade através da História Oral, da UFMG, constitui-se pela implementação de um projeto que teve como objetivo prioritário buscar possibilitar a expressão das diferenças, das heterogeneidades, dos conflitos.

Também levando-se em consideração que na complexidade construtiva do processo histórico, as diferenças se expressam na unidade, inúmeras vezes escolheu-se temas a serem destacados

nos roteiros dos depoimentos de histórias de vida e das entrevistas temáticas que pudessem ser explorados com diferentes depoentes do Programa².

Um dos temas abordados em todas as entrevistas do Programa realizadas tanto com ex-militantes de partidos de esquerda, especialmente do Partido Comunista Brasileiro, vinculados ao movimento sindical, quanto com integrantes da elite pública e empresarial mineira, é do Nacionalismo e suas manifestações entre as décadas de quarenta e sessenta.

A comparação dos depoimentos possibilitou que se expressassem diferenças de abordagem em relação ao mesmo tema, bem como de integração temporal às campanhas e manifestações nacionalistas realizadas ao longo daqueles anos.

Assim sendo, de acordo com o conteúdo de entrevistas realizadas por LEITE e DULCI (1990, 1993)³ junto a representantes da categoria empresarial mineira, a questão nacional já mobilizava, de forma intensa, expressivos segmentos do empresariado mineiro desde a segunda metade da década de trinta e mais fortemente a partir dos anos quarenta. O movimento que melhor expressou a importância dessa questão para os industriais mineiros foi constituído em torno da "Tese Mineira do Petróleo".

Há uma unanimidade de opiniões entre os depoentes, de que a questão nacional mobilizou industriais e também segmentos da elite comercial mineira desde o período já referido. A garantia de reserva de setores básicos e estratégicos da produção para investidores nacionais era considerada por esses setores como fundamental para o desenvolvimento industrial autônomo do país.

Os empresários mineiros e técnicos ligados a órgãos de classe que mais se integraram às campanhas nacionalistas, tinham em comum o fato de serem formados pela Escola de Minas de Ouro Preto. A partir das idéias desenvolvidas nessa instituição universitária é que se elaborou a tese mineira do petróleo, sobre o pleno aproveitamento dos recursos naturais do país.

2 O Programa Minas Gerais Política e Sociedade através da História Oral, do Centro de Estudos Mineiros da UFMG, divide-se em três áreas: História da cidade; Partidos Políticos e Sindicatos e Elites Públicas e Empresariais.

3 Entrevista da História Oral para o Programa: Minas Gerais: Política e Sociedade através da História Oral, realizada por Ligia Leite Pereira e Otávio Soares Dulci - UFMG.

Empresários da área comercial também se envolveram desde a década de quarenta no movimento nacionalista, através da Associação Comercial. O principal instrumento de divulgação dos projetos nacionalistas dos mineiros foi o jornal "O Informador Comercial".

Já para os sindicalistas mineiros vinculados ao Partido Comunista, a mesma questão foi ressaltada, todavia, segundo nuances temporais diferenciadas e segundo uma dinâmica processual também diversa⁴.

Os temas relativos à paz foram os mais destacados no cotidiano das lutas comunistas no Brasil no final dos anos quarenta e primeiros anos da década de cinquenta. A partir de 1952 novas preocupações são estabelecidas como prioritárias pelos comunistas. Essas preocupações referem-se à questão nacional e do desenvolvimento econômico que adquiriu nova ênfase na dinâmica das lutas empreendidas pelos comunistas substituindo a luta pela paz que foi, então, relegada a um segundo plano. As novas questões dizem respeito a uma visão de desenvolvimento industrializante e reformista.

Os depoimentos já processados e os em andamento demonstram que é hegemônica entre os comunistas-sindicalistas a seguinte visão temporal sobre as lutas nacionalistas por eles desenvolvidas ou das quais eles participaram:

- 1930-1935/37: forte envolvimento em lutas nacionalistas, inclusive de forma autônoma em relação ao Estado, que ainda não havia assumido de forma explícita e oficial a direção do movimento nacionalista no país. O principal instrumento dessa luta foi a ANL;

- 1935/37-1945: O discurso nacionalista adquire tons oficiais e a repressão aos comunistas tornou-se muito contundente, o que os afastou do referido movimento;

- 1945-1952: o período de legalização do Partido Comunista foi muito curto, o que dificultou a aproximação de sua militância em relação aos movimentos nacionalistas que começavam a se desenvolver no seio da sociedade civil. Por outro lado, nessa fase, estavam os comunistas mais preocupados com a Campanha pela Paz, com garantias de sobrevivência da organização num período de consolidação da guerra fria;

- 1952/54-1964: após o envolvimento na Campanha pelo Petróleo, na qual os comunistas passaram a participar mais claramente, pós-1952, o nacionalismo passou a ser bandeira explícita do partido e dos sindicatos a ele vinculados. Todavia, de forma gradativa,

mas firme, a questão nacional passou a confundir-se com lutas por: desenvolvimento/industrialização, estatismo e reformas de base. Fragmentos de depoimentos ilustram bem as bases da divisão cronológica apresentada:

1930-35/37: Período de participação dos comunistas nas lutas nacionalistas, de forma autônoma em relação às campanhas oficiais, tendo como principal centro de organização da luta a Aliança Nacional Libertadora:

"A Aliança Nacional Libertadora tinha um programa nacionalista mesmo, no duro, e com o objetivo que naquela época já era o primordial para nós, que era a reforma agrária (...)." (Marques)

"A ANL era um trabalho amplo, nacional, de massa, com um objetivo nacionalista... Nós tivemos, não recordo bem os nomes, vários militantes no exército que participaram da campanha. Nós tivemos da marinha, vários da marinha." (Marques)

"Eu não cheguei a participar da ANL, mas já estava claro para mim que o nacionalismo predominava naquela organização de democratas e comunistas, que também são democratas. O levante de 35 eu só acompanhei." (Ziller)

"Juiz de Fora ferveu na época da ANL, eu não compreendi coisa nenhuma; mais tarde, já no partido, aprendi que aquela tinha sido a pioneira luta nacionalista na qual os comunistas participaram." (Dianini)

1935/37-1945: Período de oficialização das lutas nacionalistas e de forte repressão à militância comunista:

"Era impossível por a cabeça de fora, o nacionalismo passou a ser discurso só do governo e de seus aliados, nem adiantava comunista querer se mostrar também nacionalista, era preso." (Marques)

"O período do Estado Novo foi tenebroso, mais tarde compreendi, nos cursos de formação do partido, que para Getúlio só podia ser nacionalista quem não era comunista." (Dianini)

"Durante o Estado Novo a repressão foi violenta, o melhor era esperar passar a onda repressiva para só depois colocar a cabeça de fora de novo. Tudo era difícil, a gente procurava o partido e não conseguia encontrá-lo." (Ziller)

1945-1952: Curto período de legalização e fase de recuo, que começa a se transformar numa maior publicização das lutas comunistas a partir de 1952.

"Com a legalização o partido teve um belo desempenho eleitoral, tanto nas eleições federais de 1945, quanto nas estaduais de 1946, mas o sonho

durou pouco, a ilegalidade provocou um recuo. O clima da guerra fria não favorecia qualquer ação nossa (...)." (Ziller)

"Logo que foi decretada a ilegalidade do PCB, em 1947, nós tivemos que recuar, nem pensar em lutas nacionalistas ou sindicais, o clima não era propício." (Marques)

"Mesmo com a ilegalidade os jornais do partido continuaram. A liberdade de imprensa existia. Então cada vez que o jornal dizia alguma coisa pesada vinha a polícia e fechava o jornal, ou o juiz fechava por dois ou três dias, depois por uma semana. Em seguida, na terceira ou quarta suspensão, o jornal saía fechado, não poderia mais funcionar. Então, quando chegava na penúltima vez antes do jornal ser suspenso, nós mudávamos e formávamos outro jornal. Os jornais iam mudando de nome. Era o que dava para se fazer." (Ziller)

"Em 1949-1950 nós estávamos ocupados era com a questão da Paz, a guerra da Coreia. Eles até queriam fazer uma força expedicionária brasileira para lutar ao lado dos americanos na guerra, contra isso nós lutamos." (Perrin)

"Eu me lembro mesmo era da luta pela paz, para nós a paz mundial era muito importante." (Lima - Gato Preto) "Eu me lembro mais da luta pela paz do que da campanha do petróleo (...)." (Dianini)

1952/54-1964: Participação na campanha pelo petróleo e gradativamente desenvolvimento de lutas nacionalistas, desenvolvimentistas.

Sobre a Campanha do Petróleo

"Nova Lima teve campanha, fizemos muita propaganda, falavam na Campanha do Petróleo na Assembléia do Sindicato, mostrando a importância. (...) Então, nas nossas possibilidades, nós participamos. Tivemos vários operários que, junto com os comunistas em Belo Horizonte, participaram de comícios em defesa do petróleo. Palestras e conferências foram feitas em Nova Lima. Em Belo Horizonte, que a atividade era muito maior. A perseguição era grande. (...)"

4 A presente análise baseia-se nos depoimentos de história de vida de: Armando Ziller, Anélio Marques, Sinval Bambirra e Dimas Perrin e em entrevistas temáticas realizadas com: Arthur Dianini, José Henrique Lima (Gato Preto) e Francisco Neres (Pineiros). Todos os depoimentos foram prestados à autora deste trabalho.

Parecia que éramos nós, os comunistas, que éramos donos da campanha, mas não era. Nós éramos participantes ativos (...)." (Marques)

"Nós participamos da Campanha do Petróleo porque essa era uma reivindicação sentida do povo do nosso país. Nós tínhamos alguma experiência, algum conhecimento, e achamos que era uma campanha justa (...)." (Marques)

"Quanta lembrança da Campanha do Petróleo... Nossa Senhora, quanta pancadaria, meu Deus! Nós estávamos nela. Ela foi crescendo, foi crescendo e a gente sentia que ninguém segurava aquela campanha. Cada um de nós sentia que a força daquele movimento era de tal ordem que iria redundar realmente no monopólio estatal do petróleo. Eram bons aqueles tempos, nós acreditávamos poder fazer algo pelo país." (Bambirra)

Sobre Desenvolvimentismo / Nacionalismo / Reformismo:

"Os comunistas queriam o desenvolvimento do país. Nós apoiamos a eleição de Juscelino. Mesmo sendo um partido ilegal, todos queriam os votos dos comunistas. O Juscelino mexeu com a nação inteira, não é? E naturalmente ele contagiou a classe trabalhadora (...) Mas houve muita luta naquele período, embora admirando a figura dele, a fibra dele, aquele entusiasmo, nós tivemos grandes movimentos contra o governo dele. Quer dizer, os trabalhadores não aceitavam o projeto capitalista na sua totalidade não. Queria-se desenvolvimento, mas não controle do desenvolvimento pelos imperialistas. Queria-se de-

envolvimento, mas éramos contra as medidas que refletiam negativamente no nível de vida dos trabalhadores." (Bambirra)

"O desenvolvimento tinha que vir junto com o nacionalismo e com as reformas de base, esta era a tese do Partido Comunista para crescer." (Ziller)

"Getúlio quis dirigir o movimento nacionalista. Jango também. Já o PCB sabia que a luta nacionalista era tática. No fundo era preciso ainda crescer muito para depois ter a transformação mais definitiva." (Ziller)

"A indústria da Marzagânia foi muito afetada pela internacionalização da economia. Nós trabalhadores sentimos na pele que desenvolvimento nacional com capital dos outros só nos prejudicava." (Neres)

"De que adiantou crescer tanto o país se as indústrias tradicionais de capital nacional ficaram prejudicadas?" (Neres)

"Nacionalismo, desenvolvimento e reformas de base tem que caminhar juntos. No partido isso ficava bem claro. O desenvolvimento nacional para o socialismo." (Marques)

Nesse sentido, como indicam os fragmentos dos depoimentos selecionados, seriam duas formas de expressão do nacionalismo no país desde os anos trinta:

- NACIONALISMO DIRIGIDO, que se potencializa, apesar da resistência de comunistas e democratas, ainda no início da década de trinta e que já nasce marcado por uma profunda ambigüidade. Ou seja, uma forte influência estatal que se processa simultaneamente a uma possibilidade de autonomia das lutas populares, que perdu-

rou de 1930 e até meados dos anos cinquenta;

- UTOPIA NACIONALISTA REFORMISTA, através da qual o nacionalismo constituiu-se em uma construção mais autônoma dos movimentos da sociedade civil e se expressou em lutas conjuntas por reformas sociais. Essa fase perdurou de 1954 a 1964.

Bibliografia

ALBERTI, Verina. Esboçando um encontro com a história oral: impressões a partir da experiência do Programa de História Oral do CPDOC. Rio de Janeiro: CPDOC, 1988.

CAMARGO, Aspásia. O método qualitativo: usos e perspectivas. In: CONGRESSO NACIONAL DE SOCIOLOGIA, 3, 1987, Brasília, SBS, 1987.

CAMARGO, Aspásia et al. Histórias de vida na América Latina. Boletim Informativo e Bibliográfico. BIB 15 a 19. São Paulo: Cortez/ANPOCS, 1990.

COSTA, Emília Viotti. História não é só memória. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 18/06/88. (Caderno Idéias/Ensaio)

DEBERT, Guita. Problemas relativos à história de vida e história oral. In: CARDOSO, Ruth (Org.). A aventura antropológica. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.

PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: O direito ao passado. In: O direito à memória - Patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992.

THOMPSON, Paul. A voz do passado - História oral. São Paulo: Paz e Terra, 1992.